

Direito à educação e desafios para o trabalho docente

 ELIZA BARTOLOZZI FERREIRA *

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória- ES, Brasil.

 DALILA ANDRADE OLIVEIRA **

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte- MS, Brasil.

A pandemia da COVID-19 representou um grande aprendizado para as atuais gerações, pois demonstrou o quanto nossas sociedades são vulneráveis e como a realidade pode mudar sem aviso prévio. Os desastres naturais, em geral, nos ensinam a enfrentar as dificuldades, mas também podem ser usados para promover políticas que aprofundam, sistematicamente, a desigualdade e enriquecem as elites, como já enfatizado por Naomi Klein (2008). Nesse sentido, podemos considerar que a pandemia aprofundou muito as desigualdades já existentes no Brasil e na região latino-americana, tendo sido bastante generosa para com os grandes grupos econômicos, em especial, os chamados ‘gigantes digitais’.

No que se refere à educação, a pandemia imprimiu importantes mudanças ao forçar, da noite para o dia, novas rotinas de trabalho, novos modos de ensinar e de aprender. Ela também resultou em perdas consideráveis, sobretudo para os setores mais fragilizados, promovendo maiores defasagens entre estudantes de diferentes estratos econômicos e comprometendo a trajetória escolar de importante contingente. Portanto, podemos considerar que a pandemia trouxe vários desafios para a sociedade como um todo e para a educação especificamente. São novas condições e situações engendradas pela excepcionalidade da pandemia, que colocaram em debate o direito à educação e à saúde em contextos de emergência (OLIVEIRA, 2021).

Com o compromisso de incentivar esse debate, o *XI Encontro Brasileiro da Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente*, ocorrido neste ano de 2022 em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, criou o concurso Inês

* Doutora em Educação. Professora Titular do Departamento de Educação, Política e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Intergrante da coordenação geral da Rede Latino-americana de Estudos Sobre Trabalho Docente – Rede Estrado. *E-mail:* <eliza.bartolozzi@gmail.com>.

** Doutora em Educação. Professora Titular de Políticas Públicas em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais – Gestrado/UFGM. *E-mail:* <dalilaufmg@yahoo.com.br>.

Teixeira, por meio do Edital 01/2022, que selecionou trabalhos escritos na forma de artigo científico ou ensaio teórico sobre o tema *Direito à educação e desafios para o trabalho docente na era digital e pós-pandêmica*. A premiação consistiu na seleção de seis trabalhos científicos resultantes de pesquisa ou relato de experiência, os quais são agora publicados na revista *Retratos da Escola*.

A premiação também é uma homenagem à professora Inês Assunção de Castro Teixeira, que nos deixou em 1º de agosto deste ano. A professora Inês Teixeira sempre foi uma defensora incansável da escola pública e de seus/suas profissionais. Ela foi titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, na área de Sociologia da Educação; seus estudos e pesquisas foram dedicados às temáticas relativas à condição docente e de vidas dos/as professores/as, tempos escolares e tempos docentes. Suas contribuições no campo da pesquisa acadêmica e seu compromisso com a defesa do direito à educação pública permanecerão em nossas memórias.

A seção temática inicia com o texto de Bruna Dalmaso-Junqueira, intitulado *Desobedecer para transformar: trabalho docente feminista em tempos de conservadorismo*. O artigo é resultado de pesquisa em desenvolvimento sobre reconhecimento, valorização e documentação analítica de iniciativas bem-sucedidas de trabalho docente feminista. A autora transita entre os desafios postos pela era digital e pós-pandêmica, mediada por uma forte onda conservadora, com dados de pesquisa que buscam ilustrar a urgência e a pertinência do trabalho docente feminista realizado por profissionais da educação básica. A experiência descrita aponta para um horizonte possível na educação de jovens, com a qual aprendemos sobre algumas possibilidades de inversão de hegemonia e de desnaturalização de sistemas de poder.

O segundo artigo, *Educação em Prisões no Espírito Santo: condição docente e formação continuada*, de autoria de Flavia Demuner Ribeiro, Silvana Ventorim e Dalva Ricas de Oliveira, apresenta uma análise de elementos constitutivos da relação entre condição docente e formação continuada de educadores/as que atuam na Educação em Prisões no estado do Espírito Santo, no contexto da pandemia. A partir de uma abordagem freiriana, as autoras evidenciaram que, por meio do trabalho dos/as docentes pesquisados/as, a escola resiste e insiste em existir naquele espaço como prática de liberdade a ser conquistada. Para as autoras, a formação permanente e crítica associada a políticas de valorização profissional e à concepção sócio-histórica de educador/a é o caminho possível para que os/as docentes reflitam sobre práticas e construam alternativas à emancipação, garantindo a educação como elemento de justiça social e cidadania.

O artigo com o título *A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente* é de autoria de Micaela Bálamo de Mello, Catarina Cerqueira de F. Santos e Rodrigo da Silva Pereira. O texto resulta de revisão bibliográfica e estudo de caso desenvolvido no sistema educacional da Bahia, que teve como objetivo analisar a plataforma da educação como uma estratégia da Nova Gestão Pública – NGP para controlar o trabalho

docente. As autoras e o autor destacam que a pandemia intensificou a ação de grupos de interesse privado que têm apresentado as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC como mecanismos de garantia de qualidade e gestão eficiente das políticas educacionais, com influentes argumentos sobre a urgência de inserção da Educação na Era Digital. As autoras e o autor consideram que a inserção de tecnologias digitais no cotidiano escolar representou a ampliação da inclusão de ferramentas gerenciais de controle sobre a ação docente, desde a sua formação, que se torna cada vez mais instrumental, passando pelo controle dos processos de ensino e alcançando o monitoramento dos resultados de indicadores impostos às redes de ensino e às unidades escolares.

Reforma trabalhista e pandemia: movimentações contratuais dos/as docentes do ensino básico privado de Pernambuco (2017-2021) de Pedro Rafael Chalegre Cavalcanti, analisa os impactos da Reforma Trabalhista de 2017 e da pandemia sobre os/as professores/as do ensino básico privado de Pernambuco. O artigo aborda movimentações de contratação, volume de empregos, novos tipos de contrato e possibilidade de desligamento desses/as profissionais. Os dados trazidos pelo autor apontam que há diminuição da rotatividade das contratações de docentes, ao lado da ampliação dos desligamentos a pedido e por morte; rendimentos de admissão inferiores aos de desligamento e remuneração, em média, baixa; forte penetração do contrato de trabalho intermitente nas instituições de ensino privadas de Pernambuco, desde a reforma trabalhista.

De autoria de Sue Elen Lievore, *Condição do trabalho docente: experiências de professores/as do ensino médio* apresenta parte de sua pesquisa de doutorado, que analisa a categoria docente como classe trabalhadora no contexto de desmonte dos direitos sociais na realidade brasileira, notadamente a partir de 2016. A autora discute os dados coletados junto a docentes da rede estadual do ensino médio do Espírito Santo, de modo a identificar as experiências que demonstram uma disposição dos/as trabalhadores/as para constituírem-se como classe – na medida em que refletem sobre suas condições de vida e trabalho, reconhecem a relevância e aderem aos instrumentos de luta coletiva constituídos historicamente pela classe trabalhadora na defesa de uma educação pública e de qualidade. A pesquisa aponta o surgimento de possibilidades reais de luta de classe por conta do contexto de precarização das condições de trabalho e da perda de direitos.

Para encerrar a seção, o texto de Weslen Sandro Moreira Santos e Celia Tanajura Machado, *Movimento sindical docente na Bahia: a luta contra a precarização na rede pública de ensino na pandemia*, relata as estratégias adotadas pela entidade a partir de um conjunto de consultas que identificou riscos reais ao labor de trabalhadores e trabalhadoras em educação na pandemia. De acordo com o autor e a autora, as informações obtidas pela APLB-Sindicato junto aos/as professores/as das redes públicas de ensino têm servido para subsidiar inúmeros debates e negociações com o governo estadual, desde 2020; durante a pandemia da COVID-19, deram suporte à formulação de um conjunto de políticas públicas para a educação e estreitaram o diálogo entre gestores/as estaduais e representantes

da categoria. O autor e a autora consideram, ainda, que os dados da pesquisa podem estabelecer os caminhos e as condições necessárias para reestruturar as escolas públicas, de maneira a enfrentar novos desafios em um mundo que deu saltos neste período pandêmico e que rompeu paradigmas, com a imersão, abrupta, da educação no ambiente *online*.

Esperamos que os artigos reunidos nesta seção possam contribuir para novos tempos de democracia, ampliação de direitos e que renovem nossas forças na luta pela valorização do trabalho docente nesta era digital e pós-pandêmica!

Referências

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho docente no Brasil pós-pandêmico: qual o destino dos recursos públicos? *Retratos da Escola*, Brasília, v. 15, n. 33, p. 713-732, set./dez. 2021. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>. Acesso em: 30 out. 2022.